

Aqui foi a “Floresta egípcia”. Vivências e moradores das casas nobres Cruz Alagoa na antiga rua Direita da Fábrica das Sedas, depois rua da Escola Politécnica, em Lisboa (1757-1967)

Here was the “Egyptian Forest”. The noble houses Cruz Alagoa. Experiences and residents of an old street in Lisbon (1757-1967)

João de Figueiroa-Rego*

submissão/submission: 22/02/2016

aceitação/approval: 08/04/2016

RESUMO

Um dos exemplares mais discretos do afã construtivo da parentela dos Cruzes, ricos contratadores setecentistas, foi o chamado, enfaticamente, palácio Cruz Alagoa, sito na rua da Escola Politécnica, em Lisboa, próximo do exuberante congénere Seia também conhecido por palácio Bramão.

O inexorável correr dos tempos fez mudar proprietários e arrendatários, na sua maioria gente socialmente compatível com aquela que era considerada uma das zonas residenciais de boa reputação entre os grupos

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 7000-809 Évora, Portugal.

CHAM - Centro de História d’Aquém e d’Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

João Manuel Vaz Monteiro de Figueiroa-Rego - Doutor em História Moderna, investigador integrado do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordenou o Grupo das Configurações Políticas e Institucionais, integra o conselho editorial de que é coordenador dos ANAIS. Investigador integrado do CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora onde coordena a col. E-working papers. Tem participado em vários projetos internacionais, publicou numerosos estudos e recebeu os prémios Fundação Eng.º António de Almeida (Porto) e Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES). Bolseiro FCT (BD e BPD).

Correio eletrónico: joaofigueiroarego@gmail.com

aristocráticos. De figuras da nobreza, a êmulos abastados, de empresários de fósforos, a recinto de diversões, ou residência de um fundador da Companhia das Águas de Lisboa, a casa foi subsistindo até aos dias de hoje, ainda que com inúmeras adulterações e transformações, reconfigurando-a na multiplicidade de usos que teve ao longo da sua história.

É essa vivência secular, as gentes que a povoaram e a imagem de alguns dos objetos que dela fizeram parte, que se pretende visitar.

PALAVRAS-CHAVE

Rua Direita da Fábrica das Sedas / Rua da Escola Politécnica / Parentela dos Cruz (Sobral e Alagoa) / “Floresta Egípcia” / Dr. José Vaz Monteiro.

ABSTRACT

After the 1755 Earthquake in Lisbon it was necessary to rebuild a very damaged town. Many businessmen of humble origin, though enriched by the protection of the Marquis of Pombal, took advantage to build their new homes, with some vanity and aristocratic pretensions. They wanted to emulate the old nobility, whose palaces had been ruined. It was the case of José Francisco da Cruz, one of the three Cruz brothers who jointly held one of the largest commercial monopolies at the time like the Tobacco Rent and they made an important fortune.

He was the son of a former joiner, but after a well succeed *cursus honorum* he became the 1st Majorat of Alagoa with a new family name, given to him by the King added with a coat of arms (1765), and the title of treasurer general of the royal treasury of Portugal, H.M. Councillor, among other honors.

In 1757 he built *casas nobres Cruz (Alagoa)*, near the Church of S. Mamede, in a street renamed often. After his death the heirs quarrelled, and the new residents of the “manor” changed many times in the early years of the 19th century and half of the next one. Their lives and personality reveal a few surprises.

KEYWORDS

Cruz Alagoa Family / Rich Merchants / Aristocracy / Lisbon After de Great Earthquake.

AS CASAS NOBRES DA RUA DIREITA DA FÁBRICA DAS SEDAS

Anteriormente ao terramoto de 1755 a artéria depois nomeada na sua plenitude (a partir de 1859) como rua da Escola Politécnica era conhecida por diversas designações, rua Direita da Cotovia (1753), rua Direita da Patriarcal e rua da Patriarcal Queimada (1767 a 1769), rua do Colégio dos Nobres, consoante cada um dos seus troços. Aquele que ora interessa, vindo do largo do Rato, era denominado por rua Direita da Fábrica das Sedas (desde 1742) e estendia-se para lá da igreja de São Mamede, chegando até ao palácio Seia.

Foi nesse arruamento, em terrenos da antiga quinta do Morgado dos Soares da Cotovia¹, que José Francisco Cruz, filho de um marceneiro instruído que chegara a escrivão do Terreiro do Trigo, resolveu edificar uma casa, “ou melhor, conjunto de edifícios, pautados por alguma sobriedade decorativa, própria de quem estava a amealhar”. Como bem notou José-Augusto França, tratava-se “de um enorme edifício, ainda quase rural, que mal anunciava a importância futura da família”².

Não obstante essa característica, a massa edificada denotava já certa prosápia, apesar de, para outro autor, poder-se caracterizar o acervo levantado como “uma sucessão monótona de janelas dispostas em comboio (...)”³. A extensa fachada exibia dezoito janelas em cada um dos dois andares, mais onze na fachada lateral, sendo as do primeiro andar de sacada com grades de barrinha forjada e as do segundo piso simples janelas de peitoral.

Apesar de desornamentada - para lá de duas portas no piso térreo, realçadas por um desenho de arco tipo rebaixado, umas cornijas pouco molduradas e pilastras só nas extremidades - constitui, na terminologia de José-Augusto França e conforme se lê no processo de classificação, um exemplo de «pombalino puro muito raro»⁴.

A seu modo era sintomática das pretensões aristocráticas que viriam a metamorfosear o designativo do conjunto edificado como casas nobres e mais tarde como palácio, ainda que o verdadeiro edifício merecedor do nome só mais tarde fosse construído – o palácio Sobral, ao Calhariz, levantado a expensas de um irmão de José Francisco Cruz.

O Inventário de bens, feito por altura da morte deste, refere:

Propriedade de casas nobres sita na Rua Direita da Fábrica das Sedas, freguesia de Santa Isabel que constam de dois pavimentos com sua Ermida e o Quarto que está junto à Ermida, de um só pavimento, todo com suas Águas-furtadas

¹ O vínculo da Cotovia fora instituído por André Soares, depois de ter sido feito na Flandres. Nomeado secretário das mercês de D. João III amealhou grande fortuna e a descendência casou nas principais casas do Reino, ligando-se às casas de Odemira, Avintes, Marialva e outras, passando a apelidarem-se Soares de Noronha.

² FRANÇA, José-Augusto - *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. 3ª ed. [S.l.]: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989. p. 45.

³ MATOS, José Sarmiento - Palácio Cruz-Alagoa. In FRANÇA, José Augusto (dir.) - *Sétima colina*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

⁴ Uma descrição completa da estrutura arquitetónica, assim como imagens dos antigos interiores, ver: BANDEIRA, Filomena; VALE, Teresa; FERREIRA, Maria – Palácio Alagoas / Palácio Cruz - Alagoa [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2003 [Consult. 20.02.2016]. Disponível naInternet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9866

com todas as oficinas precisas correspondentes à nobreza das ditas Casas (...) e foram avaliadas redondamente em 12:000\$000 réis = uma morada de Casas Nobres na Rua Direita da Fábrica das Sedas, freguesia de Santa Isabel, com todas as oficinas correspondentes a uma casa nobre e são as que pegam com o cunhal das acima lançadas e vem a findar com as Casas da Fábrica da Seda, avaliadas em 22:650\$000 réis, uma morada de casas sita na rua da Fábrica das Sedas, que constam de Loja de entrada com suas oficinas para Carruagem e dois pavimentos de sobrado com seu Quintal mourado, avaliada em 5.550\$000 réis⁵.

A capela da casa, designada por ermida, tinha um janelão de coro gradeado, à altura do andar nobre e sobre esse um mezanino. O orago era o de N.^a S.^a da Conceição e o painel que, no altar-mor, invocava a Virgem era de autoria do pintor Joaquim Manuel da Rocha, de quem Cirilo Volkmar Machado⁶ tinha boa opinião:

Admirador entusiasta, e imitador de Vieira. (...) O Rocha teve no princípio colorido agradável, depois usou muito de preto de marfim a que chamava preto santo e da terra rossa, que dá na côr de tijolo. Copiou quantos desenhos pôde de Vieira; e copiava-os tam bem que se equivocavão muito com os originaes. (...) Como não fazia pannos para ornar casas, e não queria ir pintar em tectos, nem em lugar algum fora da sua casa, achava-se às vezes sem encomendas, e nesses intervalos pintava fogos, búzios, conxas, e outros objectos da natureza morta, tudo com a maior verdade, óptima composição, e toque magistral. Também gravou mui pintoescamente a água-forte. O seu costume era pintar de manha, e passear de tarde, até que sendo admittido como Lente na Aula Regia do Desenho, que então se estabeleceu, dahi por diante empregou as tardes nas lições da sua escola. Fez 'bastantes quadros para Igrejas, e são (...) o da Ermida do Morgado da Alagoa⁷.

A capela, de que só a fachada se conserva, possuía um outro painel, esse de menor qualidade, motivo pelo qual não foi alvo de atenção especial por parte dos autores que se limitaram a referir a sua existência, o qual estava aposto na parede do lado da epístola. Quanto ao recheio e à sacristia, cuja descrição consta no inventário do fundador, será de notar:

Na Sacristia: seis mochos, uma cruz e seis castiçais, quatro vestimentas, três alvas, quatro toalhas de altar, duas toalhas de lavatório, catorze sanguinhos de pano de linho, uma sobrepeliz de pano de linho, um pano de tafetá roxo para cobrir a cruz do altar, três caixas para sotias, uma cruz de Jerusalém, dois missais, um espanador, nove jarras, dois vasos, um lavatório, uma garrafa de cristal, um copo de vidro, uma pia de vidro de água benta, um par de galhetas (...) na Ermida: seis castiçais com cruz e imagem de latão, dois castiçais de bronze dourados, três sacras molduras douradas, um pé de ferro dourado, um lustre para oito velas, uma estante para o missal.

⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Feitos findos: inventários post mortem*, letra J, mc. 564, n.º 1.

⁶ Pintor, escultor e arquiteto, nascido em Lisboa (1748-1823) cuja fama advém-lhe do facto de ter sido o primeiro historiador da Arte português, além do programa decorativo que empreendeu em Mafra. Segundo o próprio «(...) tive uma recompensa, e por grande mercê uma pensão de 720\$000 réis a título de Pintor de S.A.R., pagos pela folha de Mafra; obtive também a licença que pedi para ali fazer algumas pinturas; por cujo motivo se me deu um quarto no Palácio, um servente, e um ajudante, etc. Transportado àquela real Vila em Maio de 1796 fui pintando alguns tetos (...). MAHADO, Cirilo Volkmar - *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado*. Lisboa, 1823. Depois publicadas em Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 248.

⁷ MACHADO, Cirilo Volkmar - *Collecção de memórias...* ob.cit, p. 93.

Deixemos de lado o resto do acervo imobiliário, de que faziam parte, as quintas de Carnide, as de Santo António e da Luz, estas em Carcavelos, assim como muitas outras terras, vinhas, prédios e casas em diferentes artérias contíguas à rua da Fábrica das Sedas. Serviriam o propósito de ilustrar a fortuna do possuidor, mas desviariam a atenção das casas nobres, cuja “genealogia” se pretende traçar.

O FUNDADOR JOSÉ FRANCISCO CRUZ ALAGOA

Nas *Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de maio de 1747 a setembro de 1810*⁸, o autor refere a bem-sucedida família dos Cruzes, tão protegida pelo marquês de Pombal. Na verdade, decorrente dessa proteção bem como de uma lucrativa atividade mercantil e monopolista, aquela parentela, na versão Sobral ou Alagoa, consoante os ramos, deixou erguido considerável património arquitetónico, geograficamente disperso.

De ascendência humilde, a ascensão fora meteórica e fortemente alicerçada numa arguta e compensadora atividade negocial, criteriosa e judiciosamente disseminada, quer no naipe de investimentos como no estabelecer de redes sociais e de parcerias de negócio que ajudassem a credenciar os seus atores como gente “proveitosa, necessária e nobre”. Toda essa malha de interesses encontra-se espelhada na época de intensa transformação social, brilhantemente condensada no bem conhecido, mas ainda inédito, estudo de Jorge Pedreira para os homens de negócio⁹, ou no incontornável *Crepúsculo dos Grandes*, de Nuno Gonçalo Monteiro¹⁰ para as casas aristocráticas.

Ainda que a génese e historial da parentela dos Cruzes (Sobral ou Alagoa) tenha sido objeto do interesse de vários investigadores, bem como o seu importante património fundiário¹¹, convirá deixar algumas notas biográficas a propósito de José Francisco da Cruz, já que a ele se deve o acervo edificado no arruamento a que nos reportamos.

Oriundo, como se disse, da plebe mecânica, nascera a 16 de novembro de 1717. À semelhança dos irmãos, era industrioso, trabalhador, e muito da estima do marquês de Pombal. Nos seus inícios (com dezassete anos de idade) tinha rumado ao Brasil (1735)¹², onde se empregara em um trapiche de tabaco. Género que viria a estar bastante presente no conjunto dos negócios da família, uma vez que arrendariam o contrato e dele extrairia prestígio e influência. Regressado da Bahia a Lisboa, em 1747¹³, foi sócio da Companhia das Vinhas do Alto Douro, um dos proponentes e signatário da Companhia do Maranhão e Grão-Pará e na Companhia de Pernambuco, das

⁸ RATTON, Jácome - *Recordações de Jácome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal: de maio de 1747 a setembro de 1810*. Lisboa: Fenda Edições, 1992.

⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana - *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo: 1755-1822: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa, [s n.], 1995. Tese de doutoramento em História Social, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

¹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1850*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.

¹¹ *Arquivo da Casa Sobral. Inventário*. Câmara Municipal de Sobral do Monte Agraço, 2005.

¹² LISBOA, Mário Eurico - *O solar do morgado da Alagoa*. Lisboa, Colibri, 2009. p. 25.

¹³ Idem, *ibidem*.

quais teve a vice-presidência, sendo que nesta última investira individualmente mais de 40 contos, detendo 107 ações¹⁴. Tinha grande influência na nomeação de deputados para a Junta do Comércio (de que foi provedor) e em outras instituições. Como referido por Gramoza “foi José Francisco o Árbitro do Comércio, e quem dirigia todas as suas operações, resultando-lhe daqui uma quase subordinação dos negociantes desta praça, que o bajulavam, e procuravam a sua amizade”¹⁵.

O seu *cursus honorum* fez-se, portanto, de modo firme e sem sobressaltos: tesoureiro-mor do Erário Régio (1761), conselheiro da Real Fazenda de Capa e Espada¹⁶, diretor da Real Fábrica das Sedas e das fábricas de Lanifícios da Covilhã, administrador da Alfândega Grande, presidente de todas as Alfândegas do Reino, fidalgo da Casa Real, acumulou numerosas mercês e doações, vindo a morrer em 16 de maio de 1768.

Pouco se terá usado da casa, o instituidor, uma vez que tendo esta sido erguida após o terramoto, entre 1757¹⁷ e 1762, altura em que estaria concluída ou em fase de o ser, mediaram escassos seis anos até à sua morte. Contudo, de acordo com alguns ecos, nesse lapso de tempo ainda cultivou a arte de receber, incrementou o espólio da casa, dotando-a de peças de arte destinadas a uso próprio (caso dos serviços de louça do oriente e prataria, por exemplo), ou apenas para fruição dos seus convidados.

Desse modo o plebeu Cruz, convertido já em morgado de Alagoa, vínculo criado em 10-09-1763, na quinta da mesma designação no termo de Carcavelos, confiscada aos jesuítas, e que recebera por mercê régia “de juro e herdade fora da Lei Mental”, juntou essa designação ao apelido, transmitindo-o aos sucessores, valorizado por uma carta de brasão de armas de mercê nova¹⁸. Era alguém que se tratava nobremente e era possuidor de riqueza, condição essencial e “indispensável para a aquisição e conservação da honra”¹⁹.

Entre jantares e bailes, a prática da fortuna e azar estava igualmente presente em “[...] casas como a de José Francisco Alagoa que possui nove mesas de jogo”, conforme notou Carlos Franco²⁰, não longe da realidade, como se poderá ver no mencionado inventário *post-mortem* a que se procedeu, por ordem do Juízo de Paz da freguesia de São Mamede, em 26 de agosto de 1835²¹ (vd. Anexo n.º 1). Até porque “marqueses e plebeus, marquesas e rascôas, magistrados, padres e frades, altas patentes do exército e militares sem graduação, tudo jogava”²².

¹⁴ PEDREIRA, Jorge – (...) ob.cit., p. 388 e quadro 3.9 (p. 166).

¹⁵ GRAMOZA, José Pedro Soares - *Sucessos de Portugal: memórias históricas, políticas e civis em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 ae o anno de 1804*. Lisboa: Typographia do Diário da Manhã, 1982. p. 125.

¹⁶ ANTT, *Manuscritos da livraria*. n.º 1140 (157). Decreto do rei D. José fazendo mercê de um lugar de conselheiro ordinário da sua fazenda, a José Francisco da Cruz, tesoureiro do Real Erário. ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 17, f. 522 (1763-09-19).

¹⁷ ANTT, *Desembargo do Paço (Estremadura e Corte)*, 2.068 - 5 (Provisão de 23 de maio de 1757).

¹⁸ TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e - *Dicionário das famílias portuguesas*. Lisboa: Quetzal Editores, 1989. p. 68.

¹⁹ Cf. *Tratado juridico das pessoas honradas: escrito segundo a legislação vigente à morte d'El-Rei D. João VI*. Lisboa: Impr. de Lucas Evangelista, 1851. p. 7.

²⁰ FRANCO, Carlos - *O mobiliário das elites de Lisboa da segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 171.

²¹ *Diário do Governo* de 2 de setembro de 1835.

²² BASTO, Artur Magalhães de - Da vida e dos costumes da sociedade portuguesa no século XVII. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Vol. III Fasc. IV (1940). p. 11.

O recheio da casa, de acordo com o referido documento, denotava um certo conforto, porém nada que pudesse ser classificado como de primeira qualidade. Bastantes tamboretos, que entre a tipologia dos móveis de assento, seriam, o segundo mais comum (apenas superados pelas cadeiras) entre a 2.^a metade do século XVIII e a 1.^a do século XIX)²³, peças acharoadas, uma espineta, alguns quadros de moderado valor, espelhos dourados, entalhados e folheados, um desenho de Vieira (Portuense)²⁴, na verdade uma sanguínea, louças da China e um rol de peças diversificado, mas sem aparato de maior.

Felgueiras Gayo, dando eco aos rumores sobre a intimidade e cumplicidade de Alagoa com Pombal, narra um episódio que sugere maior ostentação no *modus vivendi* de José Francisco Alagoa. Conta o genealogista que “sendo vezitada sua *mulher* pella Marqueza com sua *filha* hoje Condeça de São Payo nas suas Casas da Fabrica da Seda, lhe deu uma rica merenda, e entre outras flores *que* guarneciam os Jardins havião muitas de diamantes com *que* brindou as *ditas* Senhoras”²⁵.

Segundo registos colhidos por Nestor de Sousa, a casa dos Cruz Alagoa era servida, em 1770, por 32 criados e 1 cozinheiro italiano e em 1773 a criadagem totalizava 35 pessoas²⁶.

Após o desaparecimento do fundador, a viúva Maria Joaquina Pacheco (que morreria de apoplexia em 1805 na rua Direita da Fábrica das Sedas, freguesia de São Mamede²⁷), bem como seis filhos, dos quais José Francisco da Cruz Alagoa, que foi o sucessor do vínculo paterno, continuaram a residir na casa da rua da Fábrica das Sedas, já designada por palácio Cruz-Alagoa. O 2.^o morgado terá como, pelo menos, dois dos irmãos (José António²⁸ e Joaquim²⁹), ostentado o foro de fidalgo-cavaleiro da Casa Real, concedido em 1765.

Estava, desse modo, consubstanciada toda uma ascensão social iniciada pelo pai, tios e restante parentela, a que não foi alheia uma pensada política de casamentos, que garantiria, em poucas gerações, a posse de títulos nobiliárquicos e mesmo a consanguinidade com membros de casas de reconhecida e antiga nobreza de Corte.

²³ ANTT, *Inventários orfanológicos*, Lisboa, período 1750-1830. apud FRANCO, Carlos - *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. p. 59, gráfico 6, p. 71/74.

²⁴ Que poderia ser ou não, se tivermos em conta o que escreveu Cirilo Volkmar Machado sobre Joaquim Manuel da Rocha, pintor do retábulo do altar-mor da capela das casas nobres do palácio Alagoa “Copiou quantos desenhos pôde de Vieira; e copiava-os também que se equivocava muito com os originaes (...)”. *Colleção de memorias relativas ás vidas dos pintores...*ob. cit., p. 93.

²⁵ GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras - *Nobiliário das famílias de Portugal*. vol. IV, tomo I, p. 134, tit. Cruzes (de Lisboa) §N2.

²⁶ SOUSA, Nestor de - *O largo do Rato: placa distributiva de Lisboa: espaço de vários espaços*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1985. p. 82.

²⁷ ANTT, *Registos paroquiais*. freguesia de S. Mamede de Lisboa. liv. Óbitos n.º 3, (1805) f. 89.

²⁸ ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 19, f. 242v.

²⁹ ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 19, f. 242.

O 2.º morgado sobreviveria pouco tempo ao progenitor, porque morreu em 1769, passando a posse daquela propriedade aos irmãos mais novos, sobretudo Antónia Joaquina Pacheco Alagoa, que receberia várias mercês régias³⁰, muito embora se tenha recolhido ao convento de Chelas³¹, e sua irmã Ana Ludovina Pacheco Alagoa, também esta beneficiada com padrões de tenças³².

Na verdade, bem necessitariam de apoio financeiro, a fazer fé no que ficou grafado por Ratton nas citadas memórias. É que Joaquim Inácio da Cruz, tio paterno dos anteriores, lograra chamar a si a serventia e depois a propriedade dos cargos exercidos por José Francisco Cruz Alagoa, “e não se mostrou grato para com os dous filhos e filha do referido Joze Francisco, cuja casa ficou pobre, deixando tudo (por morte) a Anselmo José da Cruz já bastante rico pela parte que levava no contrato do Tabaco”³³. Note-se que o próprio José Francisco também tivera parte no contrato tabaqueiro, facto que o irmão Anselmo escamoteou, sob o pretexto de “ser proibido pela lei a qualquer Conselheiro effectivo da real Fazenda, como era Joze Francisco, ter parte em contractos”³⁴.

A CASA QUE VIROU PALÁCIO E OS SEUS OCUPANTES SEGUINTES

O terramoto de 1755, além da catástrofe de enorme gravidade que fez sucumbir inúmero património, quer móvel, quer imóvel, deixou um vazio conceptual do ponto de vista arquitetónico: a ausência de casas nobres e palácios que, uma vez reconstruídos, pudessem vir a contribuir para o ressurgimento da cidade devastada. As exceções foram raras e tardias.

O álbum de setenta projetos de correntezas de fachadas para arruamentos e a respetiva urbanização, no qual se encontra a rua Direita da Fábrica das Sedas, denota outro tipo de preocupações: o levantar de prédios de rendimento, mesmo que, aparentemente, pudessem fazer pressupor o contrário, ou seja, casas nobres de morada.

Em parte um pouco por isso, mas também empurrada pelas circunstâncias problemáticas que a herança do fundador gerou, acabou por ser esse o destino das edificações da rua Direita da Fábrica das Sedas, erguidas a expensas de José Francisco Cruz Alagoa. Nas duas últimas décadas do século XVIII a casa principal, depois

³⁰ Carta de padrão. 68\$000 réis de tença (1766-05-12), ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 20, f. 89. Carta de padrão de 50\$000 réis de tença (1767-07-18), pela renúncia de Paulo José da Costa. ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 7, f. 400v. Nova carta de padrão. Tença, em 1768-02-08. ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 21, f. 359v.

³¹ ANTT, *Feitos findos: juízo dos órfãos da cidade de Lisboa*, mç. 36, n.º 8 (Autos do requerimento de D. Antónia Joaquina Pacheco Alagoa e outras religiosas do convento de Chelas, 1824).

³² Carta de padrão. 106\$000 réis de tença, em 1766-10-09. ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 20, f. 328. Carta de padrão. Tença em 1768-02-05, ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 21, f. 359v.

³³ RATTON, Jácome - *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal: de maio de 1747 a setembro de 1810*. Lisboa: Fenda Edições, 1992.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 263.

conhecida por palácio, talvez para não desmerecer os nobres ocupantes seguintes, estaria já parcialmente arrendada.

Ali viveram então, entre 1781 e 1788, o 5.º conde de Vale de Reis, Lourenço Filipe de Mendonça e Moura (1705-1788), cujo pai fora governador e capitão-general do Algarve³⁵, e sua mulher, servidos por 72 criados e dois capelães³⁶. Os condes de Azambuja, que com o terramoto tinham perdido o seu palácio da Graça, mudaram para estas casas. Assim como Gonçalo Xavier de Alcáçova, fidalgo-cavaleiro da Casa Real³⁷, alcaide-mor de Campo Maior³⁸. De 1794 a 1806, com entrada pela sobreloja da rua da Fábrica das Sedas, residia Joaquim Guilherme da Costa Posser, cavaleiro da ordem de Cristo³⁹, fidalgo da Casa Real e oficial da Secretaria da Marinha, que ostentava o título de conselheiro quando morreu⁴⁰.

Por volta de 1824 residiam no palácio D. Mariana Antónia do Resgate de Saldanha Corte-Real da Câmara e Lancastre (1784-1848), 3.ª condessa da Lousã, e seu marido D. Diogo José de Menezes Ferreira de Eça (1772-1862), 14.º senhor da casa de Cavaleiros, par do Reino (1826), mordomo-mor da princesa real arquiduquesa de Áustria, deputado da Junta dos Três Estados, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário. Fora 3.º conde da Lousã, pelo seu casamento a 23-11-1801 no oratório da casa do 2.º conde da Lousã, na freguesia de São Mamede em Lisboa⁴¹, e por carta de mercê de 25-04-1804. D. Diogo ali viveu cerca de dez anos pagando de renda 800\$000 réis, razão pela qual o pátio interior da casa teria ficado conhecido por pátio do conde. Era terceiro filho de D. Rodrigo José António de Meneses (1750-1807), 1.º conde de Cavaleiros, conselheiro da Fazenda (07-05-1790) e da casa e estado das Rainhas, mordomo-mor e veador da Infanta D. Carlota Joaquina, membro do Conselho de Maria

³⁵ ANTT, *Ministério do Reino*, mc 356, doc. n.º 14. "Carvão de sobro no Algarve, parecer sobre o estado da Agricultura" da autoria do Conde de Vale de Reis, datado de Tavira, 24-1-1788. Veja-se sobre a sua ação - *Mappa da configuração de todas as praças fortalezas e baterias do Reyno do Algarve elaborado por José de Sande Vasconcelos* (1730?-1808), segundo ordens do 6.º conde de Vale dos Reis (1733-1799), governador do Algarve.

³⁶ SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1917. vol. II, p.162.

³⁷ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 2, f. 253.

³⁸ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 2, f. 252.

³⁹ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 2 (2), f. 150.

⁴⁰ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria II*, liv. 38, f.225v.-228.

⁴¹ ANTT, *Registos paroquiais: freguesia de S. Mamede de Lisboa*, liv. de casamentos n.º 3, f. 83v.

⁴² ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 4 (2), f. 133v.

⁴³ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 5 (2), f. 133.

⁴⁴ ANTT, *Registos paroquiais: freguesia de S. Mamede de Lisboa*, liv. de óbitos n.º 4, f. 209v.

⁴⁵ As últimas três décadas da sua vida, a partir da morte do seu tio D. Desidério de Lencastre do qual foi herdeiro, foram passadas no seu palácio da rua da Escola Politécnica, n.º 38 a 46, endereço este que figura no "processo de inventário dos seus herdeiros" e respetivos "Autos de liquidação da Contribuição do Registo pella transmissão da Herança do Conde da Lousã", que foi concluído na Repartição de Fazenda do Bairro Alto a 24-02-1864 (processo n.º 26), segundo informação de João Trigueiros: [Consultado em 19 Janeiro 2016]. Disponível na Internet: <http://heraldicagenealogia.blogspot.pt/2011/06/diogo-jose-ferreira-de-eca-de-meneses.html>

I, deputado da Junta da Administração do Tabaco (19- 12-1792)⁴², governador-geral do Estado de Minas Gerais (1780-1783)⁴³ e da Bahia (1784-1788).

O 3.º conde da Lousã, morreu viúvo e sem sucessores diretos a 04-02-1862 pelas “dez horas da noite na casa número quarenta e dois da Rua da Escola Politécnica desta freguesia de São Mamede de Lisboa”⁴⁴. Casa onde teria vivido nas suas últimas três décadas⁴⁵.

À época, no piso térreo das casas nobres de Cruz Alagoa, estava instalada uma roda dos Enjeitados ou casa dos Expostos (da qual era regente D. Joaquina Teresa Freire de Brito). Convirá explicar que, em 1768, fora abolida a mesa dos Enjeitados, ficando a Santa Casa da Misericórdia como única administradora da Casa dos Expostos. Instituição essa que seria refundada em 1775⁴⁶. Em 1779, um relatório dava conta de muitos e perniciosos abusos, sendo denunciada a facilidade permitida pela Casa dos Expostos ao deixar sair enjeitados “pretos e pardos” para serem vendidos como escravos, acontecendo também com outros entregues a amos e mestres⁴⁷. Segundo José Damas Antunes “deve ter sido na sequência deste relatório que a Mesa resolveu nesse mesmo ano passar a Roda, com uma parte da família da Casa para uns prédios na Rua Direita da Fabrica das Sedas, ficando os expostos de mais idade no edifício de S. Roque”⁴⁸. Sabe-se que a taxa de ocupação inicial andaria pelas 30 crianças e 34 amas⁴⁹.

Pouco tempo mais teriam ali estado, porquanto “em 1803, procedeu-se a nova mudança. Os enjeitados mais novos regressaram a São Roque e os mais velhos foram instalados numa outra casa, na freguesia das Mercês”⁵⁰.

A condição de “prédio” de rendimento, a que as casas nobres Cruz Alagoa foram remetidas, por força das circunstâncias decorrentes do complexo processo de sucessão e litigância entre herdeiros, determinou a passagem

⁴⁶ ABREU, Laurinda - *Pina Manique: um reformador no Portugal das luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013. p. 241.

⁴⁷ ABREU, Laurinda - [...] ob.cit, p. 241-242.

⁴⁸ ANTUNES, José Francisco Damas - *Criação e inserção de expostos da roda de Lisboa na comarca de Torres Vedras no tempo da monarquia constitucional: identidades e percursos de vida*. Lisboa: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado em História, especialidade de História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 55.

⁴⁹ Em 1793, o número de amas reduzira para 20 mas o de crianças para 54, para no ano seguinte estarem igualados em 40, uns e outros. Em 1796 as amas voltaram a decrescer para 29, enquanto os expostos subiam para 70, para em 1798 alcançaram o patamar dos 84 expostos de quem se ocupavam cerca de 27 amas. SOUSA, Nestor - *O largo do Rato: placa distributiva de Lisboa: espaço de vários espaços*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1985. p. 83.

⁵⁰ ALVES, Milene Loirinho Gonçalves - *A real casa dos expostos de Lisboa e a aprendizagem de ofícios: 1777-1812*. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em História, especialidade de História Moderna e Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 27.

⁵¹ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 8, f. 137

⁵² D. Joaquina de Lorena e Menezes (1782-1846), filha de D. Diogo José Vito de Menezes Noronha Coutinho, 5.º marquês de Marialva e D. Margarida Caetana de Lorena, casou com D. Luís Eusébio Maria de Menezes Silveira, 4.º marquês de Loureçal.

⁵³ Arquivo Distrital de Setúbal (ADS), 12/458/pt. 102/1/9 (Cartas de D. Maria Francisca du Bocage, irmã do poeta Bocage, a Monteiro José Pinto Baptista, fazendo menção, entre outras coisas, às suas dificuldades no plano financeiro e pedindo-lhe dinheiro emprestado).

⁵⁴ ANTT, *Feitos findos: justificações de nobreza*, mc. 6, n.º 39.

⁵⁵ ANTT, *Registo geral de mercês de D. João VI*, liv. 20, f. 278.

de vários moradores, ali residentes durante o espaço de tempo que mais lhes conviria em termos pessoais. Em 1812 e 1813, viveu na casa o principal Noronha, da família do conde dos Arcos; no ano seguinte o general Matias José Dias Azedo, cavaleiro da ordem de Avis⁵¹; em 1824 e 1834 o palácio foi morada da marquesa viúva de Louriçal, D. Joaquina de Meneses⁵² e durante cerca de um ano 1828 a 1829, uma parte, do andar nobre, estava ocupada pela marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida (1750 - 1839) e suas filhas as condessas de Oyenhausen (Frederica e Henriqueta) e com elas a irmã do poeta Bocage, D. Maria Francisca Barbosa du Bocage, que andaria sempre falha de recursos financeiros⁵³. Em 1834 esteve como morador o marechal Augusto Pinto de Morais Sarmento⁵⁴, que detinha foro fidalgo da Casa Real⁵⁵, bem como, durante cerca de um ano, o general Agostinho José Freire, na altura em que, a 24 de setembro, deixara de ser ministro da Guerra para se encarregar da pasta da Marinha. Em 15 de fevereiro de 1835 ocupou-se do ministério do Reino, conservando-se neste lugar até 27 de maio, altura em que o gabinete ministerial, que integrava, foi demitido. Seria nessa ocasião que terá deixado de ali residir, vindo a morrer assassinado em 1836. O general tivera uma filha de D. Maria Clara Braamcamp, a qual tinha por progenitor José Francisco Braamcamp de Almeida Castelo-Branco, par do Reino (Carta de 01-09-1834), conselheiro fiscal das Obras Públicas, neto de Anselmo José da Cruz (Sobral), portanto sobrinho do instituidor da casa, e genro do desembargador Carlos António da Silva Franco, superintendente do Tabaco do Pará (carta de 23-03-1746)⁵⁶ que terminaria a sua carreira como desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação (Carta de 21-10-1768)⁵⁷.

Entretanto, ainda em 1835, a família Cruz Alagoa viu-se obrigada a colocar o edifício em praça pública, devido a partilhas problemáticas que se arrastaram em longo processo judicial, com origem, tal como atrás se referiu, na excessiva apetência de bens, por parte do irmão do instituidor, em detrimento dos direitos dos sobrinhos.

Entre 1843 e 1846 habitava o palácio o barão e visconde de Telheiras⁵⁸, guarda-roupa e porteiro da Real Câmara, comendador da ordem de Cristo, de Carlos III, de Espanha, etc.

Em 1853 viviam no palácio os condes de Resende. Tratar-se-ia de D. António Benedito de Castro, 4.º conde de Resende, que nascera em Lisboa em 1820, de sua mulher D. Maria Balbina Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto de Miranda e Figueiroa, os quais viriam a ser sogros do escritor Eça de Queiroz. Note-se que a condessa de Resende era filha dos viscondes de Beire, Manuel Pamplona Carneiro Rangel Veloso Barreto de Miranda e Figueiroa, que casara em Lisboa, 22-04-1818, com D. Maria Helena de Sousa Holstein, irmã do 1.º duque de Palmela, cujo palácio na (hoje) rua da Escola Politécnica fica quase defronte das casas nobres Cruz Alagoa. Para além disso era cunhada de Geraldo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, neto de D. Joana Cruz Sobral, como tal sobrinho-neto de José Francisco Cruz Alagoa.

Em suma, a maioria dos moradores subsequentes ao fundador das casas nobres, surgem habitualmente, na historiografia lisiponense, designados mais pela sua qualidade e sonoridade de nomes e títulos, do que pela

⁵⁶ ANTT, *Registo geral de mercês de D. João V*, liv. 22, f. 355v.

⁵⁷ ANTT, *Registo geral de mercês de D. José I*, liv. 21, f. 367.

⁵⁸ José Balbino Barbosa Araújo (1787 - 1846); filho de fidalgo da Casa Real, desembargador e promotor da Relação Eclesiástica e Nunciatura, anterior advogado da Casa da Suplicação. Teve carta. Título de visconde do Telheiras em 1845-02-27. ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria II*, liv. 27, f. 16-16v.

malha parental que só a genealogia permite desvendar. Não se trataria de inquilinos fortuitos, mas sim de pessoas que, de algum modo, tinham estabelecido nexos familiares, mesmo que ambíguos, com a descendência da família Cruz Alagoa Cruz Sobral, inclusivamente quando, por ironia do destino, o edifício já tinha saído da posse destes, conforme se referiu.

Em 1850, pelo n.º 183, acedia-se aos jardins e quinta anexa, onde existia, até esta data, a então famosa *Floresta egípcia*, que se alongava para as traseiras numa extensão que incluía parte das atuais ruas Pedro de Freitas Branco e Tenente Raul Cascais⁵⁹. Chegaria muito perto da rua de S. Bento, a fazer fé na existência de um “poço na Floresta Egípcia, sita na rua de S. Bento n.º 636”⁶⁰.

A *Floresta egípcia*, que seria um sucedâneo do *jardim chinês* e do *Tivoli*⁶¹ da rua da Flor da Murta, ao Combro, falidos em 1841, situava-se, do ponto de vista conceptual, entre feira popular e recinto de espetáculos. Seria um espaço de diversão tão imaginativo como a profissão que tinha o seu criador, José Osti, um pirotécnico italiano, alegadamente o introdutor dos fósforos⁶² em Portugal, detentores de excelente reputação⁶³, o qual soube proporcionar espetáculos coloridos e um animado ambiente de lazer.

Como registou Gustavo de Matos Sequeira:

José Osti era um italiano engenhoso e cheio de iniciativa, popularíssimo na capital que festejava e aplaudia sempre as suas habilidades pirotécnicas. Foi o primeiro que introduziu em Portugal a indústria dos fósforos, montando uma fábrica desses utilíssimos cooperadores das delícias do fumar, no sítio da Cruz de Pau.

⁵⁹ AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/28 (Atlas da carta topográfica de Lisboa n.º 26) Autoria do eng.º Filipe Folque (1857-08): Planta referente à rua do abarracamento do Vale de Pereira, Alto de São Francisco, praça das Amoreiras, aqueduto das Águas Livres, rua do Arco das Águas Livres, rua da Arrábida, travessa do Cemitério de Santa Isabel, chafariz, beco das Claraboias, colégio, convento das Trinas do Rato, rua Direita da Fábrica das Sedas, rua Direita do Rato, calçada da Fábrica da Louça, travessa da Fábrica dos Pentes, Fábrica das Sedas, rua das Fábricas das Sedas, travessa das Fábricas das Sedas, **Floresta egípcia**, Guarda, igreja das Amoreiras, igreja da Mãe dos Homens, igreja de Santa Isabel, igreja de São Mamede, beco da Lebre, Mãe d'Água, rua do Norte, pátio da Galega, pátio das Pretas, pátio público, quartel, largo do Rato, calçada do Salitre, largo de Santa Isabel, rua de Santo Ambrósio, rua de São Bento, rua de São Filipe Néri, rua de São Francisco de Sales, rua de São João dos Bem Casados, rua de São João Nepomuceno, rua de São Joaquim, largo de São Mamede, travessa de São Mamede, rua do Sol do Rato, tanque, travessa das Terras de Santa Ana e azinhaga do Vale de Pereira.

⁶⁰ AML, *Pareceres da Comissão de Obras Públicas*. Parecer n.º 41 de 1875-05-19. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0041.

⁶¹ “Com entrada vedada aos homens de jaleca e a mulheres de capote e lenço. As diversões consistiam em fogos pírricos, sombras chinesas, e o lançamento de aeróstatos. Duma vez foi um ao ar medindo 150 palmos, o qual levará consigo um gato”. ALDEMIRA, Luís Varela - *Um ano trágico: Lisboa em 1836*. Lisboa: La Bécare, 1937. p. 83.

⁶² Em 1845, a 17 de abril, José Osti procede ao registo, por 15 anos, de um “misto fosfórico para ser aplicado em palitos e isca artificial e bem assim de um processo pelo qual aqueles palitos e isca ficam sem cheiro”, resenha metódica das patentes de privilégio concedidas desde 1840. *Revista universal lisbonense*. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunais. Tomo VI (1847), p. 520, apud SOTTOMAYOR, Fernando - *A indústria dos fósforos: das origens ao monopólio:1862-1926: o caso do Porto*. Porto: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

“José Osti montou em Alcântara uma importante fábrica de fogo-de-artifício e outra de foguetes na praia de Santos em 1849”. Cf. COSTA, Mário - *Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa*. Lisboa, Imprensa da C.M.L., 1950. p. 298.

⁶³ “A fábrica Osti, de Lisboa, chegou a tal grau de perfeição do seu trabalho, que até de países estrangeiros recebia pedidos. Sua Majestade El-Rei Senhor D. Fernando, quando viajava prevenia-se com fósforos Osti, porque, dizia, que em nenhuma parte os havia melhores”. *Diário da câmara dos senhores deputados*. Sessão de 16/6/1885, p. 2305.

Um dia, em julho de 1842, pegou fogo na fábrica, e os fósforos, cumprindo o seu dever, arderam todos.

Não desanimou José Osti com o desastre, e logo ligou o seu nome a novas empresas. O Jardim Mitológico de Alcântara fez furor; as iluminações e fogos de artifício no Passeio Público deram brado.

Foi a seguir à montagem de uma fábrica de foguetes, ali na praia de Santos em 1849, onde hoje corre a rua de Vasco da Gama, que o divertisseyment da Floresta Egípcia começou a funcionar⁶⁴.

O recinto tornou-se conhecido pelos seus lagos, palmeiras e espetáculos de fogo-de-artifício, entre outros. Segundo a descrição que dele ficou, “os lisboetas adoravam pavonear-se por ali, a beber capilés e outros refrescos, tentando um namorico ou passeando com a família atrás”. Tinha

quiosques e refrescos, orquestra, café-restaurant, baile de “Mazurka”⁶⁵ e “Polka”⁶⁶, cavalinhos, montanha-russa, mesmo a novidade de um “Looping-the-Loop”, de origem americana. Em 1855, além de jogos mais pacatos de “Pim-Pam.Pum”⁶⁷ e tiro ao alvo, em números de feira; e um teatro em «Sala de Cristal», toda envidraçada para espetáculos “lírico-dramáticos”,

onde se fazia a partir das oito da noite, nos dias de semana, exibição de comédias e operetas, ou mesmo óperas⁶⁸, depois repetidas às quatro da tarde de domingo.

Não divergiria muito da oferta que tinha o *Jardim Mythologico* (vd. Anexo n.º 2), pertença também de Osti, e que, entretanto, fora à falência. Ambos reproduziam as experiências recreativas que os lisboetas tinham à sua disposição no início da 2.ª metade do século XIX. A sua popularidade adviria da introdução de meios de diversão que eram, ainda, raros à época, bem como de um certo espírito igualitário que, na ânsia de divertimento e distração, acabava por irmanar diferentes grupos sociais.

A tradicional rivalidade entre Porto e Lisboa, também não esqueceu aquele recinto de diversão, conforme se podia ler numa pequena notícia, datada de 14 de setembro de 1855, do jornal *O Comércio* (primeiro nome de *O Comércio do Porto*), na qual se fazia um retrato humorista do lisboeta que visitava a capital do Norte:

É sempre para nós um prazer o ver na nossa província um lisbonense. Não se tenha medo de que o não conheçamos: denunciaom-no aqueles meneios, aquela nonchalance e ar de superioridade que constitui o capitalista ou leão de água doce. Estropia, a propósito de qualquer coisa, algumas palavras francesas que ouviu no teatro de D. Fernando, e desce a calçada de Santo António cantarolando *Les filles de Marbre*. Vota o mais profundo desprezo aos nossos edifícios e sente o mais santo horror pelas Fontainhas e S. Lázaro. Conta as mais romanescas aventuras da Floresta Egípcia e para mostrar até que ponto chega a nossa insipidez aponta a falta do inebriante espetáculo dos touros.

⁶⁴ SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1917. vol. II, p. 149.

⁶⁵ A mazurca era uma dança tradicional de origem polaca, feita por pares formando figuras e desenhos diferentes.

⁶⁶ A polca era uma dança popular oriunda da região da Boémia, que no século XIX fazia parte do antigo império Austro-Húngaro.

⁶⁷ Jogo popular que consistia em derrubar filas de bonecos atirando-lhes bolas de pano.

⁶⁸ FRANÇA, José-Augusto - A ópera na vida cultural lisbonense do romantismo. *Revista portuguesa de musicologia*. Lisboa: SPIM, INET-MD, CESEM. Vol. 7-8 (1997-1998), p. 199-202.

Para a história da *Floresta egípcia*, terá ficado a notícia de um acidente simultaneamente ridículo e trágico. Uma caixa de fósforos (relembre-se que, por adversa ironia, Osti era oriundo da indústria fosforeira), ter-se-á incendiado no bolso das calças de um rapaz. Um amigo que o acompanhava, tomado pelo pânico, atirou-o para dentro de um dos lagos. O desgraçado, em vez de ficar apenas queimado, morreu afogado.

A *Floresta egípcia* acabou falida, como, aliás, parece ter sucedido com os outros negócios de José Osti⁶⁹, que teria mais capacidade empreendedora do que tino comercial. O escritor Júlio César Machado (1835-1890) que, antes de morrer tragicamente, deixou uma imensa colaboração dispersa por revistas e periódicos como a *Revista universal lisbonense*, *Diário de notícias*, *Jornal do comércio do Rio de Janeiro* e *Revista ocidental*⁷⁰, dedicou-lhe referências elogiosas num seu romance, dizendo ser “um dos lugares de Lisboa, mais importante”⁷¹.

O DOUTOR JOSÉ VAZ MONTEIRO

O palácio, depois de vendido pelos herdeiros Cruz Alagoa, como antes se disse, passaria para a posse do Dr. José Vaz Monteiro⁷², médico, deputado e grande lavrador, cuja biografia justificará alguma atenção, até pelo nexo que estabelece com a história olissiponense. De entre os diversos ocupantes do palácio Alagoa, seria, talvez, pelo tempo que permaneceu bem como pela sua personalidade, o mais marcante do período posterior ao da família fundadora.

Natural da Chamusca, Pinheiro Grande⁷³, onde nascera a 25-01-1820, sendo batizado na ermida de Santa Bárbara, lugar de Carregueira a 12 de fevereiro seguinte⁷⁴, José Vaz Monteiro formara-se em Medicina, especializando-se depois em Paris, onde se viria a doutorar pela Sorbonne, cerca de 1845⁷⁵, estando à época ainda solteiro. De

⁶⁹ “Entre os anos de 1851 a 1852, os jardins da quinta de S. Lourenço haviam-se adaptado a local de diversões, com a designação de “Jardim Mytológico”, organizado pelo popular empresário José Osti, que entre outras iniciativas congêneres, foi o introdutor dos fósforos em Portugal, instalando uma fábrica no sítio denominado Cruz de Pau, em Alcântara”; AML, *Pareceres da Comissão de Obras Públicas*. Parecer n.º 41 de 1875-05-19. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0041.

⁷⁰ Sobre esta atividade vd. FERREIRA, Lícínia Rodrigues - *Júlio César Machado cronista de teatro: os folhetins d'a revolução de setembro e do Diário de notícias*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Teatro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁷¹ MACHADO, Júlio César - *A vida em Lisboa*. Lisboa: A. M. Pereira, 1858. 2 vol. No jornal *Revolução de setembro* (28-01-1868) Machado escreveu “Os portugueses têm feito ponto de honra em acompanhar os progressos deste século. Quando eu era pequeno, uma das pretensões do luso era instruir-se no teatro; depois namorou-se dos quintais com luzes (...); foi a época do Jardim Mitológico, Jardim Chinês, Floresta Egípcia, etc.”.

⁷² CARVALHO, Pinto de - *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Ed. Parceria A.M.P. 1898. p. 322.

⁷³ Os melhores edifícios do Pinheiro são: a casa detrás da igreja (de B. Vaz Monteiro). As propriedades rústicas mais importantes são: o casal velho, da família Vaz Monteiro, que é valiosíssimo pelos extensos montados de sobre. FONTE: Alberto Pimentel - *Portugal pittoresco e ilustrado. II - A extremadura portuguez., Parte I: o ribatejo*.

⁷⁴ ANTT, *Registos paroquiais*, Chamusca, Pinheiro Grande, liv. batismos n.º 6, f. 76.

⁷⁵ Passaporte registado a 7 de novembro de 1845 na delegação portuguesa em Londres para José Vaz Monteiro, natural da Carregueira, solteiro, cirurgião, viajar para França. O passaporte fora passado pelo Governo Civil de Lisboa a 12 de setembro de 1842; ANTT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, liv. 555, f. 107. (informação que agradeço ao meu bom amigo Dr. João Bernardo Galvão Telles).

regresso a Portugal tornou-se médico extraordinário do hospital de S. José, por decreto de 30 de julho de 1855, conforme se pode ler na carta de nomeação, dada no Paço de Sintra em 16 de agosto desse ano e confirmada em 25 do mesmo mês, selada com as armas reais:

Dom Fernando Rei Regente dos Reinos de Portugal e Algarves, em nome de El-Rei faço saber (...) o médico José Vaz Monteiro, Doutor em Medicina pela Universidade de Paris, e habilitado para o exercício da profissão nestes Reinos, por Carta da Eschola Medico Cirurgica de Lisboa (...) por proposta do Conselheiro e Enfermeiro-mor do Hospital Real de S. José, hei por bem em nome de El-Rei nomear ao referido facultativo José Vaz Monteiro para medico extraordinário do mesmo Hospital⁷⁶.

Três anos depois, em 5 de junho de 1858, sendo desde 1856 adjunto do diretor do hospital da Cólera à Junqueira e ali morador (em casa ainda existente junto ao hospital Egas Moniz), casou com D. Amélia Augusta Rodrigues de Sousa de Aguiar, de ascendência transmontana, embora natural de Lisboa. A probabilidade de serem ainda aparentados, por essa via (oriundos de casas nobres de Bornes, Vila Pouca de Aguiar), dada a similitude de nomes próprios, apelidos e localidades, parece plausível. O facto de ter frequentado a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde em 1842, defendeu tese sobre aneurismas espontâneos⁷⁷, em vez de, como seria natural, cursar Coimbra, ter-se-á devido à instabilidade política dos acontecimentos (porque com o pretexto de se reformarem os estudos a abertura da universidade foi suspensa – carta régia de 23-09-1831 - e com o desembarque das tropas liberais no Mindelo em 11-08-1832, esteve fechada até acabar a guerra civil, reabrindo por portaria de 14-05-1834)⁷⁸.

Talvez não fosse alheia à opção de uma maior proximidade dos locais onde a sua parentela e ele próprio tinham grandes propriedades (Chamusca, Carregado, Golegã, Arruda dos Vinhos e Ponte de Sor). O seu empenho pela agricultura adviria, também, do facto de, em 1840, ter criado a ganadaria mais antiga de Portugal, fundada com vacas e sementais da casta portuguesa, procedentes de marquês de Vagos, e que constitui um património genético único.

Data desse mesmo ano uma curiosa escritura em que, de uma parte, o “Illustrissimo e Excelentissimo Marquez de Niza Dom Domingos Francisco Xavier Telles Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, Par do Reino, do Conselho de S. Magestade”, procurador da marquesa sua mulher, “e d’ outra José Farinha Relvas de Campos e José Vaz Monteiro, lavradores, proprietários, moradores na vila da Golegã, e ora estantes nesta Corte”, relativas ao arrendamento da quinta do Paul de Boquilobo, por sete anos, a José Vaz Monteiro; da quinta do Monte dos condes da Foz, com todas as suas pertenças, situadas no concelho de Benavente, e que “estava elle Jose Vaz Monteiro convencionado” para transferir o marquês de Niza todo o direito e ação de sublocatário, porque estava muito contente de o ter por rendeiro e “porque tinha achado nelle a melhor disposição para lhe fazer os suprimentos

⁷⁶ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Pedro V*, liv. 7, f. 32v.-33.

⁷⁷ SILVA, Inocência Francisco da - *Dicionario bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. vol. XIII, p. 235.

⁷⁸ MIRABEAU, Bernardo António Serra de - *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872. p. 255.

⁷⁹ ANTT, *Cartórios notariais de Lisboa*, 12.º cartório, liv. de notas n.º 179, f. 67v.-70v. e f. 87-88v.

que carecia na posição em que já se tem achado e de que precisava para desempenhar obrigações a que estava ligado”. Por esse motivo fazia-lhe outra prorrogação de sete anos do dito Paul de Boquilobo, até 1858. Os motivos de Niza prender-se-iam com dívidas da sua casa, no valor de mais de 15 contos de réis. “E por elle Jose Vaz Monteiro foi dito que aceita arrendamento e quitação S.Ex^a”⁷⁹.

José Vaz Monteiro descobrira a vocação de capitalista e, a diversidade de interesses, acabou por fazer com que dedicasse cada vez menos tempo à medicina e cirurgia, embora tenha chegado a possuir consultório numa rua da freguesia de S. Nicolau, em Lisboa, para se consagrar à grande lavoura e à política, outra das suas fortes motivações. Veio a receber legados e propriedades do barão de Arruda, que, embora dono de considerável património, também deixara dívidas, as quais deviam ser pagas pelo herdeiro do remanescente da herança o Dr. José Vaz Monteiro. Questão que se arrastou judicialmente, porquanto, em 1885, ainda se discutia:

o modo da sucessão dos bens sitos na Arruda, que pelo testador foram deixados em usufructo ao seu presado amigo o Dr. José Vaz Monteiro e sua esposa D. Amelia Augusta Aguiar Vaz Monteiro, dizendo o testador a fl. 6: “por morte do dito meu presado amigo e de sua esposa, deixo o usufructo dos meus bens a seu filho José Vaz Monteiro, e por morte d’este intituo por herdeiro dos mesmos bens a seu irmão Augusto Frederico Vaz Monteiro, e se este for falecido a esse, então, instituo por herdeiro dos mesmos bens aquella de suas irmãs mais velhas que existir⁸⁰.”

Os juízes da Relação acordaram que a dívida de valor superior a 11 contos fosse paga pelo herdeiro Dr. José Vaz Monteiro.

Não obstante as constantes batalhas judiciais que travou ao longo da existência, com devedores, inquilinos, casas comerciais falidas e o próprio Banco de Portugal⁸¹, de que era, em 1860, um dos 200 acionistas⁸², conseguiu, graças à sua fortuna, engenho e espirito empreendedor, tomar parte na administração de várias instituições, como a Companhia de Seguros Fidelidade, de que foi acionista (pelo menos desde 1861 e ainda o era em 1864)⁸³, do Jardim Zoológico de Lisboa⁸⁴, da Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz⁸⁵, da *Liga promotora dos interesses materiais do Paiz*, de que era, em 1848, o representante da câmaras da Golegã e da Chamusca, da Companhia dos Cannaes da Azambuja, membro da Real Associação de Agricultura, etc.

⁸⁰ *Gazeta da relação de Lisboa*, 1.º Anno, n.º 32, 1885, p. 256; n.º 67, Lisboa 21 janeiro 1886, p. 495-496.

⁸¹ *Gazeta da relação de Lisboa*, 2.º Anno, n.º 6, Lisboa, 4 julho 1886; p. 55; n.º 12, Lisboa, 5 de agosto 1886; n.º 22, Lisboa 14 de outubro 1886, p. 191.

⁸² Estava em 78, e tinha subscrito mais de 12 contos de réis; *Lista dos 200 accionistas do Banco de Portugal em que são compreendidos os que formam a Assembleia Geral no dia 20 Janeiro 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

⁸³ *Lista dos Accionistas da Companhia de Seguros Fidelidade em 31 de Dezembro 1861*, Lisboa, Typ. De J. Morando, 1861 e idem, de 29 fevereiro 1864.

⁸⁴ *Jardim Zoologico e de Acclimação em Portugal, relatório da direcção e parecer do conselho fiscal*. Lisboa: Imprensa Nacional, XIII ANNO 1895, 1896, p. 33. Idem, XIV ANNO, 1896, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 33.

⁸⁵ *Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz, Lista dos Senhores Accionistas que têm voto na primeira Assembleia Geral Ordinaria do Anno Economico de 1859-1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, *Rellação nominal dos accionistas da Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz*, Lisboa. Imprensa Nacional, 1862.

No plano político foi deputado por Abrantes na legislatura de 1858 e 1859, pelo círculo eleitoral do Cartaxo (1882-1884) com 2929 votos em 2947 eleitores⁸⁶. Integrou todas as comissões de Agricultura e a de Saúde Pública (1882-1883), no governo da Regeneração⁸⁷. Procurador eleito pela Arruda na Junta Geral do Distrito de Lisboa, de cuja comissão de Agricultura fez parte (1886).

Além de fazer prevalecer medidas de grande alcance, à época, tal como a criação da Companhia das Águas de Lisboa, de que foi fundador, diretor e vice-presidente (1860 a 1890):

Concorrendo como abastado proprietário e capitalista que é, com capitães próprios de promovendo o concurso dos de sua numerosa e abastada família. Eleito director, desde a organização da Companhia, tem continuado n'este cargo por sucessivas reeleições. Pelas suas muitas relações e influência, conseguiu a Companhia a conclusão fácil e amigável da maior das expropriações, o que foi um assinalado serviço (...) El-Rei agraciou-o com a Commenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, mas elle pelo seu desprendimento e rigidez de princípios não aceitou esta graça⁸⁸.

Foi, como se disse, um impulsionador da grande lavoura e um entusiasta das ceifeiras debulhadoras a vapor Mac-Cormick, que vira com o seu amigo Geraldo José Braamcamp, na exposição universal de Londres (1851) e sobre as quais escreveram, cada um, o seu artigo⁸⁹.

Entre política, lavoura, gestão financeira e administração de companhias, a parte social seria, como era corrente, um modo de amenizar as tensões acumuladas por intensa atividade, como revela a imprensa da época, ao descrever uma das festas ocorridas no palácio Alagoa⁹⁰:

Para festejar o seu aniversário natalício, o sr. Dr. Jose Vaz Monteiro reuniu na 6ª feira última as pessoas de suas mais íntimas relações. Depois de um opíparo jantar que durou 3 horas, em que o serviço foi magnífico e abundante n'um menu escolhido em que tomaram parte 60 pessoas, seguiu-se uma esplêndida soirée nas espaçosas salas onde a profusão de luzes e flores fazia realçar as elegantes toilettes das sympathicas damas.

Executaram primorosamente ao piano uma *Sèrenade* de Hummel, as distinctas amadoras, D. Alice Schroeter⁹¹ e D. Emília Amado, sobrinha da exm^a Sr^a D. Amélia Vaz Monteiro.

⁸⁶ MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário biográfico parlamentar:1834-1910*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005. vol. II, D-M., p. 969-970.

⁸⁷ *Diario illustrado* (sabbado 29 novembro 1890).

⁸⁸ *O occidente*, p. 194.

⁸⁹ MONTEIRO, José Vaz - Algumas considerações práticas e económicas a respeito da ceifadora de Mac-Cormick. *Revista Agronómica, florestal, zootechnica e noticiosa*. Tomo 1 (10 de junho de 1857) e BRAAMCAMP, Geraldo J - Apreciação da máquina de ceifar de Mac-Cormick. *Revista Agronómica, florestal, zootechnica e noticiosa*. Tomo 1 (10 de junho de 1857). Veja-se ainda *Archivo rural*. Vol. VIII (1865-6), p. 82 apud REIS, Jaime - Latifúndio e progresso técnico no Alentejo. *Análise social*. Lisboa: ICS. 3.ª série. Vol. XVIII (1982), p. 384.

⁹⁰ *28 de janeiro de 1884*.

⁹¹ *Anuário da nobreza de Portugal*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006. tomo III, p. 1575.

A exm^a Sr^a D. Beatriz Vasconcellos cantou com todo o mimo a romanza *Dime che m'ami* e um trecho da *Força do Destino*, que foi executado com todo o primor de arte findo a qual a distinta amadora foi calorosamente aplaudida.

Entre outras pessoas, lembra-nos ter visto, o exm^a sr Visconde de Falcarrreira⁹², sua exm^a Esposa e filha, Dr. Manuel da Silva Franco⁹³ e filhas, Gustavo Liebermeister e esposa⁹⁴, D. Anna de Aguiar, Teixeira de Lemos⁹⁵ e esposa, João de Moura Borges, sua esposa e filhas Dr. Pedro Pires⁹⁶ (...), Leopoldo Schroeter e filhas, D. Clementina Amado e filhas, Dr. Luiz Bivar⁹⁷ e esposa, Johannes Wimmer⁹⁸ e esposa, Martins de Carvalho e esposa, Pizani e esposa, João Kemp⁹⁹, sua esposa e filhas, os Viscondes de Ribamar¹⁰⁰ e filho, D. Henriqueta Talone¹⁰¹, D. Vicenzia Mazzioti, Eugénio Bandeira de Mello¹⁰², sua esposa e filho, Visconde da Bella Vista¹⁰³ (...) D. Thereza de Freitas Rego, (...) António de Moura Borges,¹⁰⁴

⁹² Era irmão do marquês de Franco e Almodôvar, vivia na rua do Salitre, n.º 134 a 138; rua Vale do Pereiro, n.º 1, no palacete Falcarrreira, hoje classificado. (AML), *Obra n.º 15288*.

⁹³ O avô homónimo, juiz de Fora da vila de Golegã (ANTT, *Registo geral de mercês de D. Maria I*, liv. 25, f. 231v.), fez justificação de nobreza em 1805. ANTT, *Feitos findos: justificações de nobreza*, mc. 28, n.º 31.

⁹⁴ D. Emilia Laura de Chelmicki, com quem casara nesse ano, filha do general José Carlos Conrado de Chelmicki, cavaleiro das ordens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição, da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, de Aviz, Isabel a Católica, etc, que fora autor de *Memoria sobre o aqueducto geral de Lisboa feita por ordem do Ministério das Obras Publicas em portaria de 15 de fevereiro de 1856*.

⁹⁵ Coronel Emílio Teixeira de Lemos, muito condecorado nas campanhas de África e amigo de Mouzinho de Albuquerque; Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Vultos, 3.ª parte: exposição histórica da ocupação em 1937: retratos de figuras de campanhas coloniais do séc. XIX e princípios do séc. XX*. Organizada pelo Ministério das Colónias, no pavilhão do Parque Eduardo VII em 1937. Casou 2 vezes, a 1.ª com uma filha do doutor Vaz Monteiro, a 2.ª com uma sobrinha desta, neta do anterior. Viveram na quinta de São Sebastião, ao Lumiar, que se encontra classificada. Ver: CAMARA, Teresa; GOMES, Carlos – Jardins da Quinta de São Sebastião / Jardins da Quinta de São Sebastião da Pedreira / Jardins da Quinta do Roxo [Em linha]. In *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2008 [Consult. 20.02.2016]. Disponível na Internet: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10421.

⁹⁶ Pedro Silveira da Mota de Oliveira Pires. ANTT, *Registo geral de mercês de D. Luís I*, liv. 3, f. 108. Era casado com Alice Schroeter, vd. *Anuário da nobreza de Portugal*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006. tomo III, p. 1575.

⁹⁷ Luís Frederico de Bivar Gomes da Costa (1827 - 1904), que tal como o seu amigo José Vaz Monteiro era filiado no Partido Regenerador. Foi do conselho de Sua Majestade Fidelíssima, juiz do Supremo Tribunal de Justiça e presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino. Na altura, da festa descrita, era o presidente do Tribunal da Relação de Lisboa; ANTT, *Registo geral de mercês de D. Luís I*, liv. 49, f. 221v.

⁹⁸ A família Wimmer von Frankenstein tem origem em Annaberg, na Silésia Prussiana. Johannes Wimmer foi o primeiro do seu nome que se radicou em Portugal. Nascido em 1842 em Frauenstein na Saxónia, foi com 18 anos primeiro para Paris. Em 1864 fundou, juntamente com Karl Blanck de Hamburgo, a Companhia de Navegação J. WIMMER & Co. Foi Cônsul Geral do Império Austro-Húngaro na Corte Portuguesa, tal como seu filho Hans Wimmer, mais tarde.

⁹⁹ João Kemp Larbeek. ANTT, *Feitos findos: juizo da Índia e Mina. Justificações ultramarinas: Brasil*, mc. 39, n.º 4.

¹⁰⁰ D. Henriqueta Sofia Leonor da Costa Carvalho, 2.ª viscondessa de Ribamar casada com Frederico Carlos Agnelo Talone, membro do partido regenerador e grande amigo de Fontes Pereira de Melo. Foi comendador da ordem Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, 1.º oficial da Secretaria de Negócios do Reino, provedor do asilo da Ajuda e redator do *Diario illustrado*, desde a fundação, em 1872. Seria, dada esta última situação, o visconde a fonte informativa.

¹⁰¹ Viria a casar com o epigrafista José Maria Cordeiro de Sousa, filho do conselheiro Luciano Cordeiro, que era filiado no Partido Regenerador e foi deputado pelo círculo de Mogadouro na legislatura de 1882-1884 e pelo de Leiria em 1884.

¹⁰² À época era chefe da contabilidade da casa da Moeda e Papel Selado. ANTT, *Registo geral de mercês de D. Luís I*, liv. 36, f. 71.

¹⁰³ Rodrigo da Costa Carvalho, (1818-1894), fidalgo cavaleiro da Casa Real, comendador da ordem de Cristo e da de N. Sr.ª da Conceição; de número extraordinário da de Isabel a Católica, de Espanha. ANTT, *Registo geral de mercês de D. Luís I*, liv. 23, f. 174v.

¹⁰⁴ Fidalgo cavaleiro da Casa Real. ANTT, *Registo geral de mercês de D. Luís I*, liv. 28, f. 20v.

António Vaz Monteiro (...) Padre Senna de Freitas¹⁰⁵, Dr. Forjaz, (...) Emygdio da Silva, João Pitta, Caetano Mazziotti¹⁰⁶, João Ludovice¹⁰⁷, Raphael de Andrade¹⁰⁸ (...) e muitas outras pessoas (...).

Terminou esta agradável festa com um esplendido cotillon (...) retirando-se os convidados penhoradíssimos pela affabilidade dos donos da casa e de suas symphaticas filhas D. Amélia, D. Virgínia¹⁰⁹, D. Elisa¹¹⁰ e D. Maria Vaz Monteiro.

O anfitrião veio a morrer a 21-07-1890, pelas 5h da tarde, na sua casa no número 183 da rua da Escola Politécnica, conforme lavrou o prior de S. Mamede, Teixeira de Vasconcelos,

o Excelentissimo José Vaz Monteiro, de setenta anos d'idade, Dotor (sic) em Medicina, proprietário, cazado com Dona Amélia Augusta Aguiar Vaz Monteiro (...) Filho legítimo dos Excelentissimos António Ventura Monteiro e de Dona Maria dos Prazeres Vaz Monteiro, proprietários, naturais da dita freguesia de Pinheiro Grande¹¹¹.

No parlamento, na sessão de 23 de julho de 1890, foi emitido voto de sentimento, por proposta do deputado António Maria Jalles, logo secundado pelo ministro da Marinha, Júlio de Vilhena, ficando o presidente de comunicar "à família do finado".

Após a morte do Dr. Vaz Monteiro ainda ali residiram a viúva e filhos, os quais em partilhas dividiram vários terrenos no entorno da propriedade, alguns dos quais cedidos por D. Ricarda Vaz Monteiro¹¹² e outros prédios vendidos por seu irmão Augusto Frederico Vaz Monteiro¹¹³, tudo para abertura da avenida Álvares Cabral, artéria que liga o largo do Rato ao jardim da Estrela.

O palácio Alagoa, veio a ser alienado pela família, cerca de 1918/9, após a morte da viúva do doutor Vaz Monteiro. Quanto à capela de Nossa Senhora da Conceição (ou de Santo António), sabe-se que, por essa data, ainda estaria bem conservada, celebrando-se missa ao sábado, segundo Gustavo de Matos Sequeira. Posteriormente o culto foi abandonado e do seu interior, enquanto templo, nada resta.

¹⁰⁵ Sobre este, personalidade muito viajada e atenta às modificações intelectuais e sociais da sua época, polemista temido e orador prestigiado, foi organizado um congresso *Igreja, sociedade, cultura: o padre Sena Freitas e o seu tempo*. Universidade Católica Portuguesa, 20 e 21 de outubro de 2005.

¹⁰⁶ ANTT, *Registo geral de mercês de D. João VI*, liv. 19, f. 160

¹⁰⁷ ANTT, *Registo geral de mercês de D. Pedro V*, liv. 23, f. 44v.

¹⁰⁸ Comendador Rafael José Lopes de Andrade. ANTT, *Tribunal do comércio*, mç. 17, n.º 13, cx. 17

¹⁰⁹ D. Virgínia Vaz Monteiro, casou na capela N.ª S.ª Conceição, privativa da casa de seus pais, rua da Escola Politécnica, Lisboa, com Fortunato António Mendes de Almeida, capitão de cavalaria (para a carreira militar deste último, vd: Arquivo Histórico Militar (AHM) - PT/AHM/G/LM/A/21/01/0052 e PT/AHM/G/LM/A/16/04/0990. Foram padrinhos: o conde da Feitosa e Joaquim Vaz Monteiro, morador em Ponte de Sor.

¹¹⁰ Casou com o coronel Emílio Augusto Teixeira de Lemos.

¹¹¹ ANTT, *Registos paroquiais: freguesia de S. Mamede de Lisboa*, liv. de óbitos de 1890, registo 78.

¹¹² AML, *Estudos e projetos de arruamentos*. Cedência gratuita de um terreno necessário para a abertura da avenida Álvares Cabral, feita por Ricarda Vaz Monteiro). AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01164.

¹¹³ AML, *Livro de escrituras n.º 86*, f. 8. Escritura de compra de todos os domínios do prédio n.º 96 a 100 da travessa de Santa Quitéria, necessárias para a conclusão da avenida Alvares Cabral, por Augusto Frederico Vaz Monteiro e outros. PT/AMLSB/CMLAB/AGER-N/02/09124.

Após a citada venda, o edifício foi dividido em duas partes. De uma (n.º 177 a 195) foi comprador o doutor Magalhães de Barros, passando pouco depois para a posse do visconde de Sacavém. Da outra (n.º 167 a 175) seria adquirente a firma Montez Champalimaud, com sede na rua do Alecrim, em Lisboa, em cuja posse se manteve, representada em 1931 por João Champalimaud¹¹⁴ que, em pedido à Câmara Municipal, refere ser ali morador e querer pintar o edifício de cor-de-rosa estucado¹¹⁵. Não seriam as únicas alterações ou pedidos de beneficiação¹¹⁶ feitas por estes detentores, por exemplo em 1967¹¹⁷, ano em que o 1.º andar do n.º 167 estava ocupado pela Academia Portuguesa da História¹¹⁸, ou ainda mais tarde, em 1972¹¹⁹. Nesse mesmo n.º 167 encontrava-se instalada, em 1947, uma Sociedade Literária Almeida Garrett, fundada em 1907¹²⁰, que em petição de 22 de setembro desse ano, também pedira obras de conservação. Nos anos subsequentes a massa edificada foi-se degradando, tanto externa como internamente, até que na primeira década do século XXI foi adaptada a condomínio e parte do jardim deu lugar a um parque de estacionamento. O edifício, tal como hoje se apresenta, resulta desse processo interventivo, que adulterou as características arquitetónicas e outros espaços. Razão essa que torna tal intervenção o ponto de rutura mais marcante, desde que as casas nobres Cruz Alagoa foram erguidas, e, por esse motivo, encerra um ciclo. Uma vez que as adaptações sofridas até então nunca foram tão drásticas e irreversíveis.

Em suma, do fundador da casa e da parentela que se lhe seguiu, bem como dos restantes moradores e das suas vivências, sobrou uma memória fragmentada, dispersa, que se tentou recuperar trazendo-a, praticamente até à atualidade.

¹¹⁴ Tratar-se-ia, provavelmente, de João Montez Champalimaud que veio a morrer em Lisboa, em 16.03.1935. Para a resenha genealógica desta família vd. *Anuário da nobreza de Portugal*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006. tomo III, p. 1058-1072.

¹¹⁵ AML, *Obra n.º 2855, licença n.º 4239* (03-09-1931)

¹¹⁶ AML, *Obra n.º 2855* (em itálico), Processo n.º 19433/PET/1962; Processo n.º 48632/DAG/PG/1963; Processo n.º 233/DCEOD/1963; Processo n.º 50790/DAG/PG/1966; Processo n.º 52426/DAG/PG/1967.

¹¹⁷ AML, *Obra n.º 2855; Processo n.º 52426/DAG/PG/1967* de 1967-12-29, requerente: Montez Champalimaud, Lda. Assunto: anteprojecto. Contém memória descritiva e justificativa e projeto de ampliação e alteração com plantas do 1.º, 2.º e 3.º andar, casa da porteira, cobertura, alçados e cortes. Rua Escola Politécnica, 161-175, freguesia: São Mamede.

¹¹⁸ AML, *Obra n.º 2855, ofício 4679*. A Academia Portuguesa da História estivera nos nove anos anteriores, em condições deficientes, num edifício na rua de S. Bento. Contudo ao passar para o palácio Alagoa, onde se manteria durante 22 anos, dispunha já de melhores condições, incluindo uma sala onde podiam reunir-se cerca de 40 pessoas. A degradação subsequente, com infiltrações de água, tetos deteriorados e a possibilidade de alguns dos pavimentos abaterem, impôs nova mudança da instituição, desta vez para o denominado palácio da Rosa, instalações cedidas pela Câmara Municipal em 1973.

¹¹⁹ AML, *Obra n.º 2855; Processo n.º 2270/DMPGU/OB/1972*, requerente: Montez Champalimaud, Lda. Exposição sobre obras a efetuar, rua Escola Politécnica, 161-175, freguesia: São Mamede.

¹²⁰ *Diário de Notícias* (10 de março de 1904). TOSTÕES, Ana - Em direção a uma nova monumentalidade: a obra da sede e museu da Fundação Calouste Gulbenkian. AAVV - *Revista de história da arte: Lisboa espaço e memória*. Lisboa: Instituto de História da Arte, n.º 2 (2006). p. 206.



Figura 1 Casas nobres, ditas palácio Cruz Alagoa, atual rua da Escola Politécnica. AML. PT/AMLSB/SER/S05015.

APÊNDICE DOCUMENTAL

N.º 1

INVENTÁRIO DOS BENS DE JOSÉ FRANCISCO CRUZ ALAGOA (excerto)

Morada: rua da Fábrica da Seda, freguesia de Santa Isabel, Lisboa.

Cônjuge: Maria Joaquina Pacheco.

Profissão: conselheiro da Fazenda e tesoureiro mor.

Testamenteiro: Joaquim Inácio da Cruz e em segundo lugar Anselmo José da Cruz, irmãos do defunto.

Inventariante: o cônjuge.

Herdeiros: os filhos Joaquim, Ana, José, Antónia, João e Sebastião. No testamento o testador institui como herdeiro universal a seu filho Joaquim Inácio da Cruz Alagoa, nomeando nele todos os prazos de que é enfiteuta, bem como o nomeia na terça com encargo de vínculo para o suceder tal como acontece com o vínculo da quinta da Alagoa.

Bens da casa de Lisboa (f. 37 a 48): São treze casas e um oratório:

1ª Casa: três bancos de sala de madeira de pinho pintada de nogueira, avaliados em 6\$400 réis = 2ª casa: um tremo com seu bufete por baixo e nele sua pedra de cima, avaliado em 30\$000 réis; uma dúzia de tamboretas de nogueira, assentos de damasco encarnado, usados, avaliado em 19\$200 réis = 3ª casa: um canapé de madeira de nogueira, todo entalhado à francesa, assento de rótula com doze cadeiras irmãs avaliado em 60\$000 réis; um trem de nove palmos de alto e três e meio de largo, com seu bufete e pedra em cima, avaliado em 30\$000 réis; duas bancas para jogo de madeira de pau-santo, folheadas de várias madeiras cada uma com sua gaveta e pano verde, avaliadas em 11\$000 réis = 4ª casa: uma cómoda folheada de Violette e sebastião de Arruda, com três gavetas, ornada com sua ferragem de latão francesa, encimada com sua pedra quebrada, avaliada em 28\$800 réis; um espelho de dois vidros de seis palmos e meio de alto e dois e meio de largo, moldura entalhada e dourada, avaliado em 16\$800 réis, um canapé com doze tamboretas todos de rótula, madeiras de nogueira, entalhados à francesa, avaliado em 38\$400 réis; duas banquinhas para jogo de madeira de pau-santo, de várias cores cada uma com seu pano verde por cima, avaliadas em 11\$000 réis; um retrato del-rei com moldura ovada e dourada, estimado em 9\$600 réis = 5ª casa: uma dúzia de tamboretas com seu canapé, tudo de rótula, madeiras de nogueira, e entalhados à francesa, avaliados em 38\$400 réis; uma mesa para jogo com sua gaveta, em madeira de pau-santo folheada de várias cores, com seu pano verde, avaliada em 5\$500 réis; uma dúzia de cadeiras de assento de damasco encarnado, madeira de nogueira com seu canapé irmão, avaliado em 144\$000 réis; duas bancas para jogo, com sua gaveta, em madeira de pau-santo folheada de várias cores, cobertas e seu pano verde, avaliadas em 11\$000 réis; um biombo da China com seis grandes pinturas de arvoredos, avaliado em 24\$000 réis; uma mesa para chá de pé de galo, madeira de mogno, toda entalhada, avaliada em 18\$000 réis; quarenta e

quatro camafeus de diversos tamanhos, redondos e ovados, avaliados em 8\$800 réis; quinze estampas de vários países com papel, com seus vidros, molduras douradas, avaliadas em 6\$000 réis; dois fruteiros e quatro países, pintura em pano, molduras douradas, avaliadas em 24\$000 réis = 7ª casa: vinte e quatro tamboretos de madeira de nogueira, entalhados à francesa, avaliados em 57\$600 réis; um catre de madeira de cor, ordinário, avaliado em 3\$200 réis; duas mesas para jogo, sem gavetas, folheadas de várias madeiras, cobertas de pano verde, avaliadas em 6\$400 réis; uma mesa de mogno, de abas, quadrada e seus pés de garra com duas gavetas, avaliada em 6\$400 réis = 8ª casa: um catre de madeira de (...) pés de cabra, para uma pessoa, com sua talha, avaliado em 4\$800 réis; um catre em pau-santo, cabeceira lisa e pés de cabra e ferro para armação, avaliado em 12\$000 réis; uma papeleira baixa, de três palmos e meio de largo, com três gavetas, folheada de várias madeiras, avaliada em 8\$000 réis, uma papeleira pequenina com três gavetinhas para cima, de contador, avaliada em 4\$000 réis, uma banca de toucador de pinho avaliada em \$600 réis, uma cadeira de pau de mogno, com assento preto de cabelo, avaliada em 2\$400 réis; um cofre para chá acharoadado, com seus frascos, avaliado em 4\$000 réis; uma caixa (oratório) de pau-santo com o Menino Jesus de cera dentro, estimada em 2\$400 réis, uma banquinha de pau-santo, pequenina, pés de torcidos, sem gaveta, avaliada em \$600 réis; uma dúzia de tamboretos, assentos de rótula, madeira de nogueira, à francesa, avaliados em 28\$800 réis, uma cadeirinha para menino, pau de mogno, cinto de cabelo preto, avaliada em 3\$200 réis; uma cómoda em madeira de vinhático, ferragem de latão, lavrada, com três gavetas, feitio em volta ovalado, avaliada em 11\$000 réis; uma carteira de quatro palmos de comprido e dois e meio de largo, madeira de mogno, com duas gavetas pequenas e uma grande, com sua ferragem de latão dourada, avaliada em 19\$200 réis; um cofre de charão de dois palmos e meio de comprido e um e meio de largo, com sua fechadura, avaliado em 4\$800 réis, uma banca de charão para chá de dois palmos e meio de comprido e um e meio de largo com sua fechadura avaliado em 4\$800 réis; uma banca de charão para chá, pé de galo, com sua rede de cana danificada, avaliada em 2\$400 réis; um armário grande pinho de duas portas, almofadado, e por dentro prateleiras levadiças, pintado, de nogueira, avaliado em 38\$400 réis = 9ª casa: um a mesa por forma de cómoda, madeira de pau-santo, de seis palmos de comprido, pés de cabra, com três gavetas, avaliada em 9\$600 réis; um espelho de toucador, de dois palmos e meio de vidro, com seu caixilho preto em volta, acharoadado e ouro, uma espineta pintada de verde com seis pés do mesmo, avaliada em 19\$200 réis, uma banca para jogo de pano verde, folheada de várias madeiras de cores (...) = 10ª casa e nas restantes (cujo rol seria fastidioso enumerar na totalidade), sobressaem um cravo de martelinhos, pintado de verde, avaliado em 120\$000 réis, um desenho de Vieira de dois palmos e meio em lápis vermelho, moldura preta, avaliado em 4\$000 réis, um desenho da estatua do rei a cavalo, em lápis vermelho, um mapa em estante preta e moldura de pau-santo, um presépio grande de figuras de barro, um oratório acharoadado de azul e ouro com uma imagem de Nossa Senhora da Arrábida, uma cama dobradiça de tesoura, uma imagem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, uma imagem de São Sebastião, uma imagem de São Francisco uma cruz marchetada de madre pérola um painel de Nossa Senhora do Monte do Carmo, um painel da autoria de Salomão, um painel de molduras douradas e pintura do batismo de São João (...).

Deixemos de lado as roupas de casa e uso pessoal, assim como a louça da Índia, vários pratos em tons de azul e branco, azul e ouro, pratos esmaltados, sopeiras, terrinas, chávenas, bules, copos, garrafas, galhetas, para nos concentrarmos na Sacristia: seis mochos, uma cruz e seis castiçais, quatro vestimentas, três alvas, quatro toalhas

de altar, duas toalhas de lavatório, catorze sanguinhos de pano de linho, uma sobrepeliz de pano de linho, um pano de tafetá roxo para cobrir a cruz do altar, três caixas para sotias, uma cruz de Jerusalém, dois missais, um espanador, nove jarras, dois vasos, um lavatório, uma garrafa de cristal, um copo de vidro, uma pia de vidro de água benta, um par de galhetas; e na Ermida: seis castiçais com cruz e imagem de latão, dois castiçais de bronze dourados, três sacras molduras douradas, um pé de ferro dourado, um lustre para oito velas, uma estante para o missal.

FONTE: ANTT, *Feitos findos: inventários post mortem*, letra J, mc. 564, n.º 1

A abertura do « Jardim Mythologico » de que demos noticia no folhetim de sabbado, é na quarta feira. Eis aqui o pomposo annuncio que os proprietarios publicaram hoje :

JARDIM MYTHOLOGICO.—Rua direita do Calvario. — José Osti & comp., querendo facilitar ao publico mais uma distracção e um passa-tempo recreativo, resolveram estabelecer um Tivoli, que não só rivalisasse com os que possui a Inglaterra e a França mas estivessem ao alcance de todos pelo diminuto dos preços. Este estabelecimento pela sua localidade e belleza offerece todas as commodidades possiveis: trinta e duas ruas de arvoredos, e trinta e dous terrenos onde se acham collocados diversos jogos compõe a matta, que sem exaggeração se pôde dizer uma das mais pittorescas de Portugal. Quinze jogos variados se encontram no jardim mythologico, a saber: — Montanha russa — Cavallinhos — Balouço — Cadeiras — Flecha — Pomba — Tiro de pistola — Dous bilhares chinezes — Velocidade de mão — Velocidade de pé — Jogo da Bocha, ao uso alemão — Camara optica — Tamborini — Volante. O bem conhecido Matta tem uma casa de pasto com lista pelos preços de Lisboa no mesmo local, que pelo aceio e delicadeza das iguarias ha de merecer a attenção do publico; e em sitio apartado existe uma locanda com vinho e petiscos por preços commodos. Café, cerveja, e todas as bebidas proprias de um bem fornecido botequim, se encontram no jardim mythologico. Uma grande sala de baile, um *belvedere*, banda de musica, e um vistoso fogo de artificio completarão as distrações do jardim mythologico.

Os preços da entrada são 160 réis indistinctamente. Abertura será no dia 11 do corrente.

Adverte-se que é prohibida a entrada a pessoas de jaleca e de capote e lenço, bem como a todos aquelles que se não apresentarem decentemente vestidos.

Os proprietarios destinam em cada semana um dia para todas as classes da sociedade, que convenientemente se annunciará; assim como garantem a maior decencia e boa policia aos que honrarem o estabelecimento com a sua presença.

N.º 2

Anúncio do *Jardim Mythologico*, antecessor da *Floresta Egípcia*, ambos de José Osti

Fonte: *A Regeneração*, n.º2, terça-feira, 10 de junho, ano de 1851, p. 4.



Nº 3

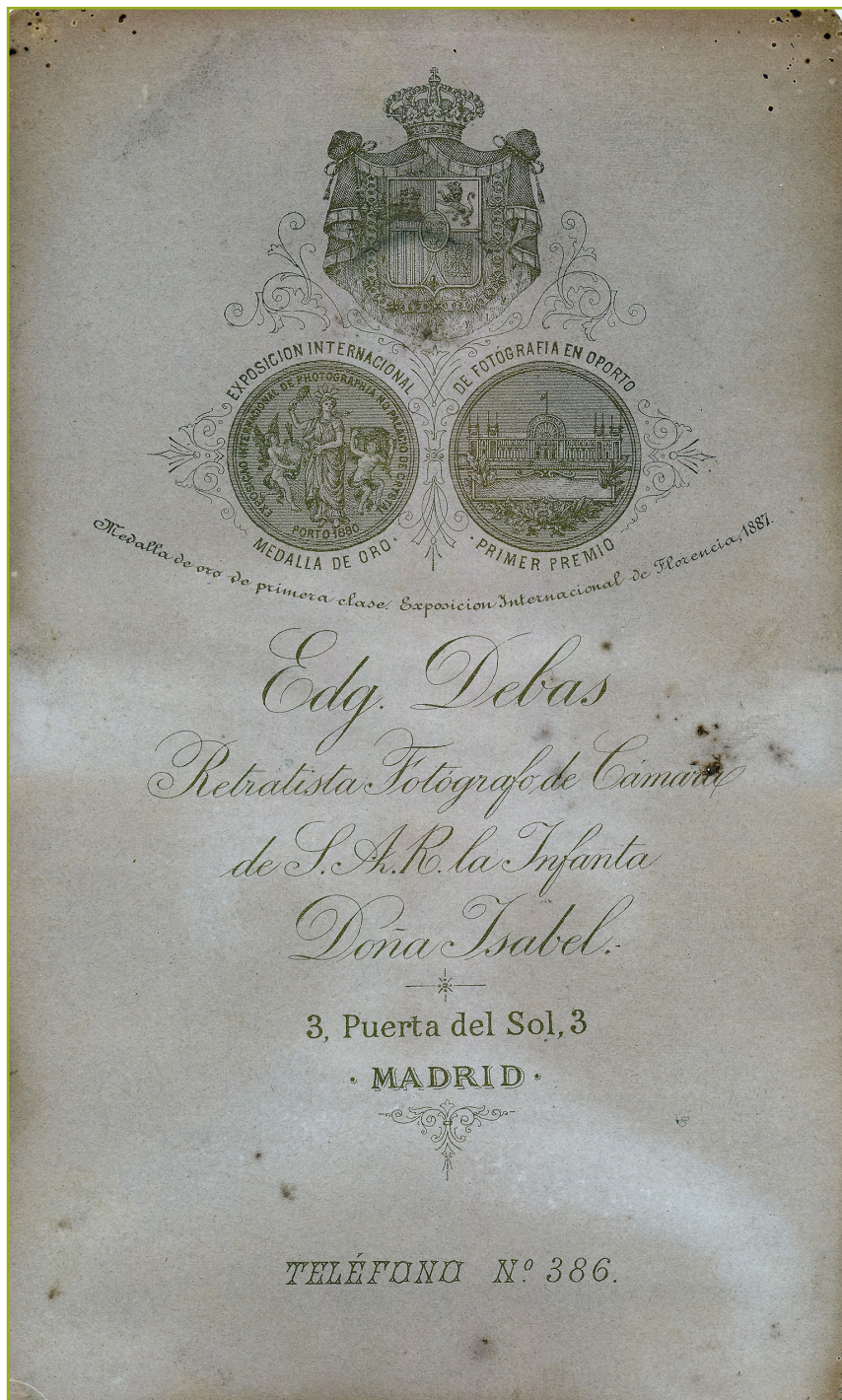
D. Amélia Augusta de Sousa Aguiar Vaz Monteiro, mulher do doutor
José Vaz Monteiro

Col. Francisco Vaz Monteiro Freire, herdade de Marvila.



N.º 4 Doutor José Vaz Monteiro e sua Mulher D. Amélia Augusta de Sousa Aguiar, em Madrid, tirada no atelier Edg. Debas Coleção Francisco Vaz Monteiro Freire, Herdade de Marvila

Col. Autor



N.º 5 Reverso da fotografia do Doutor José Vaz Monteiro e sua Mulher D. Amélia Augusta de Sousa Aguiar, em Madrid, tirada no atelier Edg. Debas Coleção Francisco Vaz Monteiro Freire, Herdade de Marvila

Col. Autor

José Vaz Monteiro

Falleceu hontem o sr. dr. José Vaz Monteiro, abastado capitalista e proprietario, director da Companhia das Aguas e de outras empresas importantes.

Militava no partido regenerador, que serviu com lealdade e prestimo. Em 1881 foi eleito deputado ás côrtes.

Já então soffria de molestia cardiaca, que por vezes o obrigava a um descanso forçado, e que agora o prostrou, não obstante a robustez da sua organização.

A toda a sua familia, em especial a seus irmãos Francisco e Joaquim, enviamos a expressão do nosso sentimento.



N.º 6

Notícia do *Diário Illustrado*, terça-feira, 22 de julho 1890, da morte do doutor José Vaz Monteiro

Col. Autor

N.º 7

Carlos Augusto Vaz Monteiro Marques, oficial de Marinha, filho de D. Ricarda Vaz Monteiro e neto do doutor José Vaz Monteiro

Col. Autor



N.º 8

D. Ricarda Amélia Vaz Monteiro Marques,
filha do Doutor Vaz Monteiro, que cedeu
terrenos para ampliação da av. Álvares
Cabral, ligando o largo do Rato ao jardim
da Estrela, Lisboa Col. Autor



N.º 9

Coronel Emílio Augusto Teixeira da Lemos, genro do doutor José Vaz Monteiro e que depois de enviudar casou com uma sobrinha da sua 1ª mulher, neta do referido médico. Foram donos da quinta de S. Sebastião (Lumiar) em área classificada.

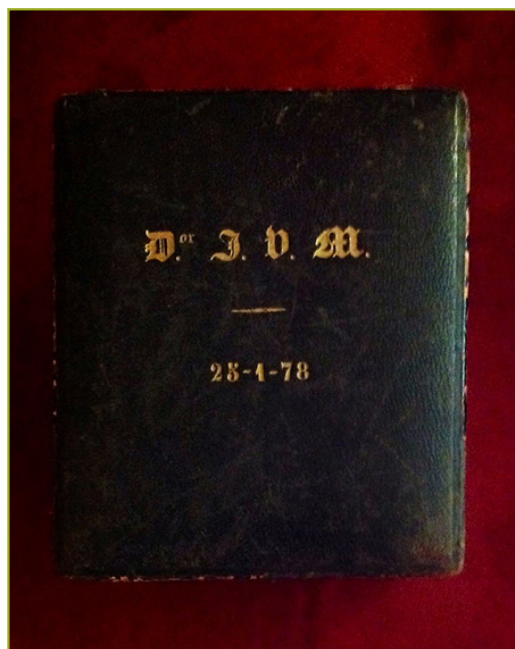
Col. Autor



N.º 10

D. Júlia Stubbs de Castro Ribeiro de Albuquerque,
viscondessa de Vila Nova de Gaia (filha de D. Ricarda
Vaz Monteiro) e seu filho Luís Stubbs de Saldanha
Monteiro Bandeira, respetivamente neta e bisneto do
doutor José Vaz Monteiro

Col. Autor

**N.º 11**

Copo de cristal lapidado, com as iniciais do Doutor José Vaz Monteiro, por onde foram provadas as primeiras águas canalizadas de Lisboa

Col. Autor

N.º 12

Copo de cristal lapidado, com as iniciais do Doutor José Vaz Monteiro, por onde foram provadas as primeiras águas canalizadas de Lisboa

Col. Autor

N.º 13

Salva de prata com o monograma do Doutor José Vaz Monteiro

Col. Autor



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz, Lista dos Senhores Accionistas que têm voto na primeira Assembleia Geral Ordinaria do Anno Economico de 1859-1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

Diário do governo de 2 de setembro de 1835.

Gazeta da relação de Lisboa. 1.º Anno, n.º 32, 1885; n.º 67, Lisboa 21 de janeiro de 1886.

Gazeta da relação de Lisboa. 2.º Anno, n.º 6, Lisboa, 4 julho de 1886; n.º 12, Lisboa, 5 de agosto de 1886 e. n.º 22, Lisboa 14 de outubro de 1886.

Jardim Zoologico e de Acclimação em Portugal, relatório da direcção e parecer do conselho fiscal. Lisboa: Imprensa Nacional, XIII ANNO 1895.

Jardim Zoologico e de Acclimação em Portugal, relatório da direcção e parecer do conselho fiscal. Lisboa: Imprensa Nacional, XIV ANNO, 1896.

Lista dos Accionistas da Companhia de Seguros Fidelidade em 31 de Dezembro 1861, Lisboa, Typ. De J. Morando, 1861

Mappa da configuração de todas as praças fortalezas e baterias do Reyno do Algarve elaborado por José de Sande Vasconcelos (1730?-1808).

Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal. De maio de 1747 a setembro de 1810. Lisboa: Fenda Edições, 1992.

Tratado juridico das pessoas honradas: escrito segundo a legislação vigente à morte d'el-rei D. João VI. Lisboa: Impr. de Lucas Evangelista, 1851.

Arquivo Municipal de Lisboa

Obra n.º 2855, ofício n.º 4679.

Obra n.º 2855, licença n.º 4239.

Atlas da carta topográfica de Lisboa n.º 26 da autoria do eng.º Filipe Folque (1857-08): Planta referente à rua do abarracamento do Vale de Pereira, Alto de São Francisco, praça das Amoreiras, aqueduto das Águas Livres, rua do Arco das Águas Livres, rua da Arrábida, travessa do Cemitério de Santa Isabel, chafariz, beco das Claraboias, colégio, convento das Trinas do Rato, rua Direita da Fábrica das Sedas, rua Direita do Rato, calçada da Fábrica da Louça, travessa da Fábrica dos Pentes, Fábrica das Sedas, rua das Fábricas das Sedas, travessa das Fábricas das Sedas, **Floresta egípcia**, Guarda, igreja das Amoreiras, igreja da Mãe dos Homens, igreja de Santa Isabel, igreja de São Mamede, beco da Lebre, Mãe d'Água, rua

do Norte, pátio da Galega, pátio das Pretas, pátio público, quartel, largo do Rato, calçada do Salitre, largo de Santa Isabel, rua de Santo Ambrósio, rua de São Bento, rua de São Filipe Néri, rua de São Francisco de Sales, rua de São João dos Bem Casados, rua de São João Nepomuceno, rua de São Joaquim, largo de São Mamede, travessa de São Mamede, rua do Sol do Rato, tanque, travessa das Terras de Santa Ana e azinhaga do Vale de Pereira.. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/01/28

Pareceres da Comissão de Obras Públicas. Parecer n.º 41 de 1875-05-19. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/0041.

Obra n.º 2855, Processo n.º 19433/PET/1962; Processo n.º 48632/DAG/PG/1963; Processo n.º 233/DCEOD/1963; Processo n.º 50790/DAG/PG/1966; Processo n.º 52426/DAG/PG/1967; Processo n.º 2270/DMPGU/OB/1972.

Estudos e projetos de arruamentos, cx n.º 86/DSU. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01164

Livro de escrituras n.º 86, f. 8. PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/09124.

Casas nobres, ditas do palácio Cruz Alagoa, atual rua da Escola Politécnica. PT/AMLSB/SER/S05015.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Desembargo do Paço (Estremadura e Corte), 2.068 – 5.

Cartórios notariais de Lisboa, 12.º cartório, liv. de notas n.º 179, fls. 67v a 70v

Feitos findos: inventários post mortem, letra J, mç. 564, n.º 1.

Feitos findos: juízo da Índia e Mina. Justificações ultramarinas: Brasil, mç 39, n.º 4.

Feitos findos: juízo dos órfãos da cidade de Lisboa, mç 36, n.º 8.

Inventários orfanológicos, Lisboa, período de 1750-1830.

Manuscritos da livraria, n.º 1140.

Ministério do Reino, mç 356, doc. n.º 14.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, liv. 555.

Registo geral de mercês, D. José I, liv. 7, liv. 17, liv. 19, liv. 20, liv. 21.

Registo geral de mercês, D. Maria I, liv. 2, liv. 4, liv. 5, liv. 8.

Registo geral de mercês, D. João VI, liv.19; liv. 20.

Registo geral de mercês, D. Maria II, liv. 27, liv.38.

Registo geral de mercês, D. Pedro V, liv. 23. liv. 7, liv. 23.

Registo geral de mercês, D. Luís, liv. 3, liv. 23, liv. 28, liv. 36, liv. 49.

Registos paroquias: freguesia de S. Mamede de Lisboa, liv. de óbitos de 1890.

Registos paroquias: freguesia de S. Mamede de Lisboa, liv. de óbitos n.º 3.

Registos paroquiais de Lisboa, S. Mamede, Livro de Óbitos n.º 4.

Registos paroquiais: Chamusca, Pinheiro Grande, livro de batismos n.º 6.

Tribunal do comércio, mç. 17, n.º 13, cx. 17.

ESTUDOS

ALVES, Milene Loirinho Gonçalves - *A real casa dos expostos de Lisboa e a aprendizagem de ofícios: 1777-1812*. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em História, especialidade de História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Anuário da nobreza de Portugal. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006. tomo III.

ANTUNES, José Francisco Damas - *Criação e inserção de expostos da roda de Lisboa na comarca de Torres Vedras no tempo da monarquia constitucional: identidades e percursos de vida*. Lisboa: [s.n.], 2014. Dissertação de mestrado em História, especialidade de História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ARAÚJO, Norberto de - *Peregrinações em Lisboa*. 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1993. 12 vols.

Arquivo da casa Sobral: inventário. Câmara Municipal de Sobral do Monte Agraço, 2005.

BASTO, Artur Magalhães de - *Da vida e dos costumes da sociedade portuguesa no século XVII. Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal. Vol. III Fasc. IV (1940). P.11.

CASTILHO, Júlio de - *Lisboa antiga: o Bairro Alto*. 3.ª ed. Lisboa: Ofinas Gráficas da C.M.L., 1966. 5 vols.

FERREIRA, Licínia Rodrigues - *Júlio César Machado cronista de teatro: os folhetins d'a revolução de Setembro e do Diário de Notícias*. Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Teatro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto - *A ópera na vida cultural lisbonense do romantismo. Revista portuguesa de musicologia*. Lisboa: SPIM, INET-MD, CESEM. Vol. 7/8 (1997-1998), p. 199-202.

- FRANÇA, José-Augusto - *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. 3.^a ed. [S.l.]: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.
- FRANCO, Carlos - *O mobiliário das elites de Lisboa da segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- GRAMOZA, José Pedro Soares - *Sucessos de Portugal: memórias histórias, políticas e civis em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 ate o anno de 1804*. Lisboa: Typographia do Diário da Manhã, 1982.
- LIMA, Durval Pires de - *O terramoto de 1755 e a freguesia de Sta. Isabel de Lisboa*. [Lisboa]: Imprensa Lucas & C.^a, 1930.
- LISBOA, Mário Eurico - *O solar do morgado da Alagoa*. Lisboa: Colibri, 2009.
- MADUREIRA, Nuno Luís Monteiro - *Inventários: aspetos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: [s.n.], 1989. Dissertação de mestrado em Economia e Sociologia Históricas século XV-XX, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MATOS, José Sarmiento - Palácio Cruz-Alagoa. In FRANÇA, José Augusto (dir.) - *Sétima colina*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- MIRABEAU, Bernardo António Serra de - *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1850*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) - *História da vida privada em Portugal: a idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, - *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo: 1755-1822: diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: [s.n.], 1995. Tese de doutoramento em História Social, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- PORTUGAL, Fernando - *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Editora, 1974.
- RATTON, Jácome - *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal: de maio de 1747 a setembro de 1810*. Lisboa: Fenda Edições, 1992.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Depois do terramoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1917. 2 vol.
- SILVA, Inocência Francisco da - *Dicionario bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. vol. XIII, p. 235.
- SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa romântica: urbanismo e arquitectura: 1777-1874*. Lisboa, [s.n.], 1998. Dissertação

de doutoramento em História, Especialidade História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOUSA, Nestor de - *O largo do Rato: placa distributiva de Lisboa: espaço de vários espaços*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1985.

TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e - *Dicionário das famílias portuguesas*. Lisboa: Quetzal, 1989.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.) - *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Ed. Zairol, 1989.

